

Será o Modelo da Trindade de Swinburne plausível?

Gabriel Malagutti
Universidade de Lisboa
Investigador/LanCog

Resumo:

A Trindade corresponde a um ponto central da fé cristã. Apesar da simplicidade com que falamos da Trindade no dia-a-dia, a sua doutrina consiste num enorme desafio de interpretação. Para auxiliar na sua compreensão, vários Modelos foram formados numa tentativa de apresentar a interpretação correta, correspondendo com a ortodoxia cristã. Ao longo desta dissertação, irei apresentar os diferentes Modelos existentes, dando uma breve refutação tanto para o Modelo Psicológico como Constitucional. De seguida, apresentarei o Modelo Social proposto por Swinburne, que será tratado no restante da investigação. De forma a analisar o modelo proposto por este autor, irei apresentar e refutar as principais objeções feitas ao mesmo. Essas objeções serão cinco: Argumento Histórico, Objeção Triteísta, Problema do 4º Elemento Divino, Problema da Negociação e Problema da Necessidade e da autoridade do Pai. Procurarei demonstrar que a base do Modelo é sólida, necessitando, contudo, de alguns ajustes para que possa sobreviver às duas objeções finais. Deste modo, defenderei que o Modelo Social de Swinburne, feitas as devidas alterações, não só permite uma leitura consistente da Trindade, preservando a ortodoxia cristã, como é o melhor Modelo para este fim.

Abstract:

The Trinity is a central point in Christian faith. Even though we take it lightly in our day-to-day life, the Trinity amounts to a huge interpretative challenge. In order to help us in its understanding, various Models have been made to present the correct interpretation, matching Christian's orthodoxy. Throughout this thesis, I will present the different existing Models, giving a brief refutation both to the Psychological Model as well as the Constitutional Model. Afterwards I will present the Social Model presented by Swinburne, which will take our attention through the rest of this thesis. In order to analyze this Model, I will introduce and refute the five main objections to it: Historical Argument, Tritheistic objection, Problem of the 4th Divine Element, Problem of Negotiation and Problem of the Metaphysical Necessity and Father's authority. I'll demonstrate that the framework of the Model at hand is solid, needing, nonetheless, adjustments in order to survive the last two objections. Thus, I will defend that Swinburne's Social Model, when applied the due changes, not only allows to a consistent reading of the

Trinity, preserving its orthodoxy, as well as being the best Model to accomplish this goal.

Palavras-Chave:

Amor-perfeito, benevolência, causalidade, co-causação, contrato, Deus, essência, heresia, hierarquia, identidade, multi-teísta, necessidade, onipotência, onisciência, ortodoxia, perfeição, Pessoa, substância, Trindade, trinitário, vontade.

Keywords:

Perfect-love, benevolence, causality, co-causation, contract, God, essence, heresy, hierarchy, identity, multi-theist, necessity, omnipotence, omniscience, orthodoxy, perfection, Person, substance, Trinity, trinitarian, will.

1 Introdução e Apresentação do Problema

O Cristianismo é uma religião milenar, dotado de uma história incrivelmente rica, que influenciou a vida de milhões de pessoas. Todavia, a doutrina cristã não moveu apenas os corações dos seus crentes, moveu também as suas mentes, sendo alvo de uma extensa discussão filosófica onde é debatida a consistência dessa mesma doutrina. De forma a formalizá-la, vários concílios foram formados, nomeadamente os Concílios: de Niceia, de Toledo e de Constantinopla; ou até o Credo de Atanásio. Um dos pontos de discussão tratados nesses concílios é a Trindade, que possui dois pontos principais: (1) Há exatamente um só Deus e (2) Deus existe em três pessoas¹: no Pai, no Filho e no Espírito Santo (*fórmula para a Trindade em unidade: Deus é uma ousia (substância) em três hipostases (pessoas)*)². Deste modo, os concílios serviram para formalizar a doutrina que pode ser expressa nesta forma:

1. O Pai é Deus.
2. O Filho é Deus.
3. O Espírito Santo é Deus.
4. O Pai não é o Filho.
5. O Pai não é o Espírito Santo.
6. O Filho não é o Espírito Santo.
7. Há exatamente um só Deus.

1. Sempre que utilizar “Pessoas” estarei a referir-me às pessoas da Trindade: Pai, Filho e Espírito Santo. O termo “pessoa” é utilizado no sentido utilizado por Swinburne (2018: 3): «*define uma “pessoa” como “uma substância individual de natureza racional”*». I.e.: um centro individual de consciência com estados mentais.

2. Hasker, William (2013); “The “New” Forth Century”; *Metaphysics and the Tri-Personal God*; University Press Scholarship Online; pág. 2.

A contradição aqui é óbvia – por exemplo, numa leitura literal, onde aplicamos uma identidade estrita. Isto é, interpretamos o “é” no sentido de igualdade: Pai = Deus. Nesta leitura, regras como a Reflexividade³, Simetria⁴ e Transitividade⁵ aplicam-se - levando a uma contradição -, dado que se pode concluir, por exemplo, que: O Pai é o Filho e o Pai não é o Filho⁶. São exatamente essas contradições que têm sido alvo de tanta discussão. Apesar disto, esta formalização tem sido usada, desde então, como o marco da ortodoxia cristã; pelo que o desafio está em desembaraçar a Trindade da sua contradição, preservando a ortodoxia estabelecida nos Concílios. Ficou também estabelecido que uma interpretação triteísta (nega a premissa 7) ou modalista⁷ da Trindade é considerada herege, pelo que, se algum Modelo levar a alguma destas interpretações, será considerado como que abandonando a ortodoxia estabelecida nos Concílios.

São três os modelos que irei tratar: o Modelo Psicológico, o Modelo Constitucional e o Modelo Social. Estes são os modelos mais influentes na discussão contemporânea, pelo que, ao longo deste estudo, irei procurar avaliar se algum deles cumpre com os dois requerimentos necessários para ser um bom modelo da Trindade. (1) solucionar a questão da contradição, sendo consistente e (2) ser um modelo ortodoxo. Isto é, preserva as normas e regras estabelecidas para a prática e fé cristã. Se o modelo não cumprir pelo menos um dos requisitos, terá de ser forçosamente abandonado. Dito isto, procurarei demonstrar que tanto o Modelo Psicológico como o Constitucional falham nos requisitos estabelecidos. De seguida, farei a defesa e análise do Modelo Social apresentado por Swinburne.

3. Para todo o x , x é idêntico a x .

4. Para todo o x e y , se x é idêntico a y , então y é idêntico a x .

5. Para todo o x , y e z , se x é idêntico a y e y é idêntico a z , então x é idêntico a z .

6. Da proposição 2, por simetria, podemos inferir que Deus é o Filho. Daqui e da proposição 1, por transitividade, podemos inferir que o Pai é o Filho. Assim, fazendo a conjunção do resultado desta última inferência e da proposição 4, concluímos que o Pai é o Filho e o Pai não é o Filho. Por outras palavras: Se só há um Deus (7), e o Pai é Deus (1), o Filho é Deus (2) e o Espírito Santo é Deus (3), então o Pai é Filho e é Espírito Santo. Estabelece-se uma relação de identidade entre as três Pessoas. Porém, isto vai contra aquilo que é estabelecido nas premissas (4) – (6). Cada Pessoa é a própria pessoa, não existindo qualquer identidade entre elas. A contradição é, portanto: (8) Pai é o Filho e Pai não é o Filho. (9) Pai é Espírito Santo e Pai não é Espírito Santo. (10) Filho é Espírito Santo e Filho não é Espírito Santo.

7. O Modalismo consiste em interpretar as Pessoas da Trindade como diferentes expressões ou manifestações de Deus. Da mesma forma que o vapor ou o gelo são diferentes manifestações da água. Esta visão é expressamente rejeitada pela Igreja, afirmando que as Pessoas não são meras manifestações, são efetivamente Pessoas.

2 Estado de Arte

2.1 Modelo Psicológico

O Modelo Psicológico⁸ faz um apelo à nossa noção de mente, dando como exemplo: casos como o transtorno da personalidade múltipla ou casos de comissurotomia (corte do corpo caloso pelo qual os hemisférios cerebrais comunicam); para demonstrar a possibilidade de diversos centros de consciência numa só pessoa, analogamente às Pessoas da Trindade, que coabitam num único ser. Em suma, aquilo que este modelo pretende, é justificar a presença de várias pessoas num único ser, equiparando as pessoas a estados de consciência, ou personalidades que coabitam.

Este modelo é claramente polémico⁹, afinal, a analogia parece equivaler a natureza da Trindade a uma doença ou estado mental alterado, o que é claramente algo herético. Este problema pode ser contornado se admitirmos essa questão como uma imperfeição da analogia, que serve um propósito meramente ilustrativo, não existindo nada na natureza da Trindade, ou de Deus, que se assemelhe a tais condições psicológicas. Contudo, o problema maior persiste. Se essa analogia não é adequada, então torna-se misterioso como é que um Deus consegue ter três centros de consciência distintos, pelo que voltamos à estaca zero. Sem um esquema claro que demonstre a maneira como as Pessoas se relacionam entre si, sendo distintas, mas mantendo uma unidade (uma espécie de coabitação num único ser), então o modelo não se consegue distanciar suficientemente nem do modalismo, pois os estados de consciência podem ser interpretados como modalidades de Deus, ou seja, cada “personalidade” pode ser vista como um estado de consciência particular - um modo -, daquilo que é a consciência divina. Ou, até mesmo, sofrer uma interpretação triteísta em que as consciências não estão suficientemente unificadas, manifestando-se como três deuses independentes. Independentemente de como possamos interpretar este modelo, é uma visão extremamente misteriosa, o que torna a sua defesa uma tarefa muitíssimo arduosa.

8. Este modelo pode ser remontado a Santo Agostinho em *De Trinitate*. Tendo como defensor atual, por exemplo: Morris (1986) ou Leftow (2004).

9. Um crítico deste modelo é, por exemplo: Rea (2009).

2.2 Modelo Constitucional

O Modelo Constitucional¹⁰ utiliza uma via diferente, dá uso à Identidade Relativa, admitindo que algo pode ser a mesma coisa que outra relativamente a um aspeto, mas distinta relativamente a outro. O caso mais comum para ilustrar esta identidade é através do exemplo do pilar/estátua. É óbvio que uma estátua que exerça a função de pilar para um edifício é um único objeto. Afinal, ocupam o mesmo espaço e partilham a mesma matéria. Todavia, existe uma distinção real entre eles. Se alisarmos a coluna, a estátua desaparece; porém, o pilar continua. Inversamente, se tornarmos o pilar oco, deixa de ser capaz de suportar o peso do edifício, deixando de ser um pilar, porém, nada se passa com a estátua. Existe uma clara distinção entre o pilar e a estátua. Havendo, simultaneamente, uma unidade factual entre eles. Estão ligados pelo espaço, tempo e matéria. São simultaneamente um e dois, o que é exatamente aquilo que procuramos. O mesmo raciocínio pode ser aplicado à Trindade. As Pessoas da Trindade são um único Deus, talvez devido à sua divindade, mas são pessoas diferentes por um outro aspeto que as distinga, possivelmente a relação entre as Pessoas.

O problema desta interpretação¹¹ é que é demasiado fraca. Não existe uma unidade suficientemente forte entre as Pessoas. Isto, pois tal como vimos no caso do pilar/estátua, é possível existir um, sem o outro. A separação é possível. Ora, é muito dúbio que o mesmo seja verdade na Trindade. É verdade que podemos diferenciar as Pessoas, mas não as podemos separar, pois são interdependentes. Não pode haver um Pai, sem existir o Filho e o Espírito Santo. Também não é óbvio que a divindade consiga satisfazer o papel unificador que a matéria ocupa e, além disso, o Modelo não oferece nenhuma explicação para a relação entre as Pessoas da Trindade. Podemos assumir que a Trindade é dotada de uma identidade relativa particular que não admite separação, mas se optarmos por essa via, torna-se ainda mais pesado o problema da diferenciação entre as Pessoas. Em suma, o modelo não é capaz de adaptar uma identidade relativa material a algo imaterial como a natureza divina.

2.3 Modelo Social

O Modelo Social¹² é introduzido através da analogia de uma família. As Pessoas da Trindade são pessoas - ou membros - de uma família,

10. Defendido, por exemplo, por: Inwagen (2003).

11. Um dos objetores é, por exemplo: Craig (2005).

12. Tem a sua origem nos Padres Capadócijs: Basil de Cesareia, Gregório de Nissa e Gregório de Nazianzo. Tendo como defensor atual: Swinburne (2018).

e a unidade é assegurada entre Elas por se tratar exatamente de uma família. Tornando o exemplo um pouco mais claro: imaginemos que as Pessoas da Trindade pertencem à família Divino. A família Divino seria constituída pelos membros: Pai Divino, Filho Divino e Espírito Santo Divino. Esta unidade não é assegurada somente pelo apelido, consiste também numa forte ligação e interdependência entre os membros dessa família. Estão de tal forma aproximados que partilham de uma vivência harmoniosa de concórdia e partilham de qualidades essenciais, nomeadamente, a divindade, que pode ser explicitada na onnipotência, onisciência, benevolência, etc. Este é o tipo de modelo defendido por Swinburne e, como tal, aquele a que iremos dedicar a nossa atenção e escrutínio filosófico.

3 Modelo de Swinburne

O Modelo apresentado por Swinburne tem dois pontos principais: o papel unificador do amor, e o papel individuador das esferas de influência. O primeiro, garante a unidade da Trindade, pelo que o segundo, assegura a divisão da Trindade nas suas Pessoas constituintes. Mas como é isto feito? Primeiramente, Swinburne reconhece que uma das características de Deus é o amor, mas não um amor qualquer, um amor-perfeito.

“Tinham duas convicções básicas. Uma era que o nosso universo complexo e ordeiro, deriva a sua existência de uma fonte singular pessoal, possuidora de todas as perfeições. A outra era que essa perfeição inclui o amor-perfeito. Há algo profundamente imperfeito e como tal, inadequadamente divino num ser individual divino solitário. Se tal indivíduo é amor, tem de partilhar, e partilhar com seres finitos como os humanos não é partilhar toda a sua natureza e como tal é uma partilha imperfeita. O amor de um indivíduo divino tem de ser manifestado numa partilha com outro indivíduo divino, e isso (de forma a manter a unidade divina) significa (em algum sentido) dentro da Divindade, isto é, numa dependência e suporte mútuo.”¹³

Esta ideia vem de Ricardo de São Vítor¹⁴, de onde Swinburne afirma:

“Amor-perfeito envolve a existência de alguém para com quem ser generoso; e que amar perfeitamente envolve um terceiro indivíduo, cujo amar possa ser partilhado com o segundo. O Pai precisa *socium et condilectum* (um aliado e um ente-querido) no seu amar. Ricardo dá-nos ainda dois argumentos para a necessidade de trazer um terceiro divino individual – que todo o que realmente ama procurará

13. Swinburne (2009: 47).

14. Richard of St. Victor (1979).

o bom do amado tanto por encontrar alguém para ele amar e (pelo mesmo ato) encontrar alguém para ele ser amado. Também essa exigência é totalmente satisfeita por três pessoas. Outros medievais ecoam a visão de Ricardo, regularmente citando-o por nome.”¹⁵

Como tal, sendo um amor-perfeito, tem de estar presente inteiramente em Deus, pelo que a relação que o amor exige - aquele amor que temos por alguém - não pode estar associado à criação, pois já não estaria inteiramente dentro de Deus. Ora, é exatamente por isso que Swinburne admite a necessidade trinitária de Deus: para estabelecer uma relação interna de amor-perfeito. Deste modo, o Pai gera o Filho de forma a ter um objeto para o seu amor e juntos procedem o Espírito Santo. Afinal, um amor verdadeiro não pode ser restrito a duas pessoas, exige uma terceira para que esse amor conjunto possa ser juntamente partilhado. Deste modo, Swinburne não só demonstra a necessidade trinitária de Deus, como resolve o problema da unidade da Trindade.

É preciso ainda esclarecer o uso de dois termos: gerar e proceder. Estes termos foram introduzidos pelo Credo de Niceia para explicitar as diferenças de “criação” entre as Pessoas. Acerca do uso destes termos, podemos recorrer a Swinburne para nos oferecer uma explicação:

“Se a segunda Pessoa da Trindade for chamada de “Filho”, um nome óbvio para a forma como o Pai o traz, é “gerar” (original: *begets*). Teólogos da igreja e escolásticos antigos pensavam em “criar” como se aplicável apenas ao trazer à existência de coisas finitas por um ato de vontade, e como tal evitaram essa palavra para “criação” dentro da Trindade. “Feito” para eles significava ser feito de alguma matéria pré-existente. Daí o seu desejo por uma nova palavra (...) “geração” (*begetting*) não tem qualquer conotação de processos sexuais, um facto tornado claro pela não existência de outro “progenitor” (*parent*) além do Pai. Como há uma diferença no modo de dependência do Filho para o Pai da do Espírito para o Filho e o Pai (...) Concílios da igreja deram um nome diferente ao modo de origem para o Espírito proveniente do Pai e Filho – “proceder” (*proceeding*)”¹⁶

Deste modo, *begets*, ou geração, diz respeito ao ato de “criação” do Filho, por parte do Pai. Pelo que *proceeding*, ou procedência, diz respeito ao ato de “criação” do Espírito Santo por parte do Pai e do Filho. É esta diferença no processo de “criação” que Swinburne utiliza para justificar a hierarquia divina, atribuindo uma primazia causal ao Pai.

O outro ponto de relevância para introduzir o modelo de Swinburne é referente às esferas de influência. Funcionam como uma espécie de contrato para resolver o problema da onipotência dentro da Trindade. O contrato utiliza a primazia do Pai de forma a legitimar a

15. Swinburne (2009: 47).

16. *Ibid.*, 40.

sua autoridade. Deste modo, o Pai tem o direito de atribuir esferas de influência a cada uma das Pessoas de forma a restringir o seu espectro de atividade. O contrato é, então, uma mera distribuição de “tarefas” por parte do Pai às Pessoas. O problema que o contrato resolve, surge porque Swinburne admite que as Pessoas da Trindade, tendo vontades particulares, podem também ter preferências que divergem entre si. Preferências essas que dizem respeito a situações com múltiplas alternativas de bem equivalente. Ou seja, numa dada situação em que é igualmente correto e bom, realizar a ação A ou B, - sendo incompatíveis (realizar A impede B, tal como realizar B impede a realização de A) - aquilo que é realizado é uma mera questão de preferência. O problema ocorre quando, por exemplo: o Pai e o Filho, simultaneamente, pretendem resolver determinada situação, mas cada um tem preferência por ações diferentes, ações essas que são incompatíveis. Sendo ambas as Pessoas onipotentes, torna-se paradoxal, nesta situação, que uma das ações não possa ser realizada e que uma das Pessoas tenha a sua vontade frustrada. A via contratual de Swinburne, que atribui esferas de influência a cada uma das Pessoas, evita áreas comuns entre as mesmas, evitando a possibilidade desses “choques”. Isto possibilita que cada uma possa concretizar plenamente a sua vontade, evitando qualquer tipo de impasse ou frustração. “*O Pai cria, sustem e elimina coisas em uma esfera de atividade, o Filho faz isto noutra esfera, e o Espírito fá-lo numa terceira esfera.*”¹⁷ Swinburne apresenta ainda provas históricas que suportam esta sua posição, segundo Swinburne:

“O Concílio indica, como sugeri, que os três membros da Trindade têm em todo o momento, diferentes esferas de atividade. Fala de Deus o Pai como o “criador do Céu e da terra, e de tudo o que é visível e invisível”. (...) O Filho “foi incarnado” e viveu na terra e irá “voltar em glória para julgar os vivos e os mortos”. O Espírito é “o dador de vida” (...) e “fala através dos profetas”¹⁸.

Mais tarde voltarei a tratar deste problema, por agora, basta para que fiquemos com uma ideia suficiente do Modelo defendido por Swinburne.

Em suma, aquilo que é defendido neste modelo é que a Trindade é concretizada pela ligação e proximidade entre as Pessoas: o amor-perfeito. Cada uma das Pessoas da Trindade tem um conjunto de preferências particular, mas partilham todas das mesmas propriedades essenciais: onipotência, onisciência, benevolência, etc.; sendo todas divinas. Cada Pessoa possui uma esfera de influência onde dedica a sua atividade; trabalhando, cada um - de certa forma - independentemente dos outros. Entrarei em mais detalhe nos pormenores do Modelo à me-

17. Swinburne (2008: 30).

18. *Ibid*, 37.

didada que analiso os contra-argumentos mais relevantes: o Argumento Histórico, a Objeção Triteísta, o Problema do Quarto Elemento Divino, o Problema da Negociação e o Problema da Necessidade e Autoridade do Pai.

4 Objeções

4.1 Argumento Histórico

Esta objeção pretende atacar a parte ortodoxa do Modelo Social e, como tal, atacar o modelo de Swinburne. Segundo esta via, não existe nada nas Escrituras Sagradas ou nos autores medievais – rejeitando, portanto, a interpretação social feita do trabalho dos Pais Capadócijs como Gregório de Nissa¹⁹ - que as estudaram e fundaram a ortodoxia cristã, que indique uma interpretação social da Trindade, sendo até ativamente rejeitada. Não quero dedicar demasiado tempo a esta questão, pois é um problema acerca da historicidade do modelo, o que não é aquilo que me quero focar nesta Dissertação. É, todavia, uma questão importante de se tratar, pois tal como no modalismo e triteísmo, se este modelo for visto como fora do espectro de ortodoxia cristã, tem, forçosamente, de ser abandonado. Como tal, aquilo que pretendo é demonstrar que existe - pelo menos - um caso de possibilidade de defesa à ortodoxia deste modelo. Se esse mínimo for atingido, então sinto-me seguro o suficiente para prosseguir a minha investigação.

É inegável que não houve nenhum pensador medieval que fosse um trinitarista social - pelo menos, não na sua versão atual -, pois é um modelo relativamente recente que tem inspiração de muito trabalho moderno, tanto na área da filosofia e sociologia como da psicologia²⁰, nomeadamente quanto à definição de “pessoa”. Hasker afirma que a ideia de que as pessoas se tornam pessoas pela interação com outras pessoas é uma noção da psicologia e sociologia atual, não tendo qualquer referência medieval.²¹ Não vou debater esta posição, aquilo que está em causa é se podemos, ou não, considerar autores medievais

19. A citação mais frequente para demonstrar a conexão de Nissa com o modelo social é: “Peter, James e John, sendo de uma natureza humana, são tratados como três homens.” (Gregory of Nyssa (1886-1900: 331).

20. Ver: Hasker, William (2013); “The Divine Three: What is a “Person”?”; *Metaphysics and the Tri-Personal God*; University Press Scholarship Online.

21. *Ibid.*, 4.

como *ProSociais*²², derivando um desenvolvimento gradual das suas posições sociais até ao modelo atual. Isto é, como aceitando, implicitamente ou não, que as Pessoas da Trindade são distintas entre si, tendo “*diferentes centro de conhecimento, vontade, amor e ação ... distintos centros de consciência.*”²³

Aqueles que rejeitam a existência de medievais ProSociais, nomeadamente Kelly James Clark²⁴, afirmam que esta interpretação (Social) é errada, pois, ao admitir a existência de três indivíduos divinos diferentes, estamos a defender uma visão *multi-teísta*.²⁵ Kelly afirma que a posição da igreja é a de uma unidade. Um único indivíduo divino com três pessoas, não uma espécie de comunidade como Swinburne defende. Edward Feser²⁶, argumenta que a interpretação social que Swinburne faz é enviesada, partindo de considerações linguísticas incorretas.

A objeção está feita. Vejamos se existe, ou não, fundamento histórico legítimo para o Modelo Social. Segundo Sijuwade (2020), o Trinitarismo Pro-Niceia²⁷ aplicava três possíveis usos para a palavra “Deus”²⁸. O Sentido Nominal: Deus é aplicado à pessoa do Pai. O Sentido Predicativo: Deus é usado como um predicado para as suas propriedades divinas, ou seja, Deus seria a sua própria natureza. E por fim, o Sentido Titular: Deus é usado como que um título em referência à Trindade. Isto é, quando falamos de Deus, estamos a referir-nos à Trindade e conseqüentemente, à unidade estabelecida entre as Pessoas da Trindade. No Modelo Social, quando nos referimos a Deus, estamos a usar o Sentido Titular. Porque é que isto é importante? Porque estabelece uma identidade entre a Trindade e Deus. Se as três Pessoas juntas, formam a Trindade, então só há um Deus, que é essa mesma Trindade. Não há qualquer tipo de triteísmo nesta conceção, pelo que escapámos à objeção de Clark.

Resta-nos saber se essa interpretação é correta, pelo que entramos agora no campo da objeção de Feser. O conflito aqui dá-se na interpretação de Swinburne quanto ao Credo de Niceia e a autores como Tomás de Aquino, Santo Agostinho e Gregório de Nissa, que Swinburne utiliza para fundar o seu modelo. Quanto ao Credo, Swinburne afirma: “*existe um Deus, e também três seres aparentemente diferentes*

22. Hasker, William (2013); “The Divine Three: What is a “Person?””; Metaphysics and the Tri-Personal God; University Press Scholarship Online.

23. *Ibid*, 4.

24. Clark (1996: 463).

25. Sijuwade (2020).

26. Feser (1997).

27. Teólogos de séc. IV que defendiam as proposições do Credo de Niceia.

28. Sijuwade (2020).

que são cada um Deus. (...) Assim compreendido, o Credo está a dizer que existe uma coisa única cujo nome é “Deus”, que consiste em três seres.”²⁹ Para Feser isto é errado. O que os Pais da Igreja afirmam é que “a visão trinitária é fundada num certo tipo de “unidade ontológica” que nega pluralidade de pessoas individuais.”³⁰ Tenho de concordar com Swinburne neste aspeto, a própria separação das tarefas, das atividades de influência das Pessoas – utilizando o termo de Swinburne –, funciona como um indício das Escrituras para a interpretação de pessoas distintas. Esta interpretação é reforçada quando olhamos criticamente para a Encarnação de Jesus Cristo, que dialoga ativamente com o Pai, como se fossem, efetivamente, pessoas distintas.

Quanto aos Pais da Igreja, Swinburne utiliza Tomás de Aquino para definir aquilo que o Credo quereria dizer por “Pessoa”. Pessoa, segundo Boécio e apoiado por Tomás de Aquino, seria “uma substância individual de natureza racional”³¹ e acrescenta que substância é usado no sentido que os gregos usam “pessoa”, substância era meramente a melhor tradução possível no latim. Como tal, não haveria três substâncias, mas sim três Pessoas. Esta é uma clarificação importante para qual Tomás de Aquino dá uma justificação: “substância era usada para significar “natureza” ou “essência” e ninguém queria afirmar que havia três essências distintas em Deus, mas uma só.”³² Mais uma vez, considero esta explicação plausível como justificação para a falta de modelos sociais medievais. Essa falta não era devido a uma rejeição do modelo, mas sim a uma limitação linguística e conceptual que só foi possível através de uma progressão intelectual gradual, mas que, ainda assim, fundada na conceção original defendida pela Igreja.

Um último aspeto importante é dar atenção às fontes de inspiração para o Modelo de Swinburne, nomeadamente Santo Agostinho. Na sua obra, *De Trinitate*, Agostinho faz várias analogias numa tentativa de tornar mais clara a doutrina da Trindade. Uma dessas analogias, a do amor, que nos diz que a mente que ama está no amor, o amor está no conhecimento daquele que ama, e o conhecimento está na mente que conhece. Os três são inseparáveis e, no entanto, são distintos. Esta é claramente uma analogia psicológica, pelo que, à primeira vista, parece que o Modelo Social é uma deturpação daquilo que é defendido por Agostinho. Contudo, Swinburne chama-nos a atenção para o facto de o próprio Agostinho admitir que essas analogias são totalmente inadequadas para ilustrar a natureza da Trindade. Isto, pois cada Pessoa da

29. Swinburne (2018: 2).

30. Sijuwade (2020:13).

31. Swinburne (2018: 3).

32. *Ibid.*

Trindade já possui em si a totalidade do amor, da compreensão e do conhecimento. Como tal, a analogia não pode ser feita ao nível dos estados mentais de cada um individualmente, mas pela relação que as três Pessoas têm entre si. E isto sim, pode ser usado como a base de lançamento para o Modelo Social.

Há que fazer uma nota relativamente ao uso que dou a Santo Agostinho. Disse no ponto 2.1 sobre o Modelo Psicológico (nota de rodapé 8), que Santo Agostinho pode ser considerado como uma fonte para esse Modelo. Todavia, afirmo aqui, que o autor foi utilizado para a elaboração do Modelo Social. Modelos esses que são incompatíveis. A qual deles, afinal, pertence Santo Agostinho? A ambos. Todas as analogias postuladas na obra: *De Trinitate*, são analogias psicológicas, pelo que parece seguir-se, dessas analogias, a defesa de um modelo dessa mesma categoria: psicológico. Deste modo, Santo Agostinho é considerado e bem, um defensor desse modelo. Mas tal como indiquei acima, o próprio autor admite a fraqueza dessas analogias, afirmando que não retratam adequadamente a natureza da Trindade. Mais uma vez, porque as diferentes partes de um conceito, como o amor, não se encontram repartidas entre as Pessoas, mas encontram-se na sua totalidade em cada uma delas. Swinburne chama ainda a atenção para esse facto, citando Agostinho: “*Quem ousaria dizer que o Pai não se compreende nem a si, nem ao Filho, nem ao Espírito Santo, exceto pelo Filho, ou que os ama exceto pelo Espírito Santo?*”³³ É a partir desta constatação que admito que Santo Agostinho se encontrava no meio, entre os dois modelos. Deste modo, o Modelo Psicológico e Social, nascem a partir de uma divergência na interpretação de Santo Agostinho, acabando por ser padroeiro de ambos os modelos.

Visto tudo isto, creio que temos informação suficiente para tornar, pelo menos plausível, a defesa da ortodoxia e historicidade deste Modelo. Damos então por concluída a defesa do mesmo face a esta objeção.

4.2 Objeção Triteísta

A objeção triteísta, tal como o nome indica, pretende demonstrar que o modelo proposto por Swinburne leva a um triteísmo. Quer isto dizer que, ao contrário daquilo que é estabelecido na ortodoxia cristã, existem três deuses: o Pai, o Filho e o Espírito Santo; quebrando, assim, a unidade necessária do deus uno. Isto é feito por três vias:

a) Atacando o amor-perfeito, afirmando que este é insuficiente

33. Swinburne (2018: 8) cita: Augustine, St (1873).

para assegurar a unidade.

b) Atacando a formulação das esferas de influência.

c) Atacando a prioridade do Pai em relação às outras duas Pessoas.

Estas três vias podem ser resumidas na Objeção Triteísta formulada por *Sijuwade*:

“O Modelo é triteísta postulando a pluralidade de pessoas distintas, que são cada uma Deus e como tal (i) não se qualificam no sentido “estrito” do monoteísmo judaico que sustenta a religião cristã e (ii) transgride os limites da ortodoxia estabelecida pelos credos e Pais da Igreja.”³⁴

Irei tratar da objeção a) e b); ignorando, provisoriamente, a objeção c). Esta última objeção será tratada na parte 4.5 Problema da Necessidade e da autoridade do Pai, pois tem um enquadramento mais adequado à problemática.

4.2.1 Objeção a)

Esta primeira linha argumentativa apela ao nosso senso comum, fazendo-nos a questão: é realmente plausível que três pessoas possam ser consideradas uma, simplesmente por se amarem muito? A maneira como estes objetores interpretam esta relação amorosa vai muito ao encontro daquilo que pode ser encontrado na mitologia grega. Uma família como a de Zeus, Hera e o seu filho Hércules. Estes deuses são claramente pessoas distintas, não importa o quanto se amem, são – e devem ser - vistos como deuses individuais.

O problema desta crítica é que só leva em consideração um dos fatores - o amor-perfeito - que levam a essa unidade. As Pessoas devem ser consideradas como um, devido ao seu amor, à sua cooperação, harmonia e essência. Vejamos:

“Os três indivíduos têm todos a mesma essência, isto é, eles são cada um da mesma espécie essencial³⁵, nomeadamente, divina. Esta dependência mútua das três pessoas é naturalmente chamada “interpenetração” ou “co-herança³⁶”(…) *Omnia opera Trinitatis ad extra indivisa sunt* (“todos os atos da Trindade para o mundo exterior são indivisíveis”). Em consequência de tal co-causação”³⁷

Deste modo, podemos voltar ao caso dos deuses gregos e fazer a

34. Sijuwade (2020: 13).

35. Original: “they are each of the same essential kind”.

36. Original: “coherence”. Ato de herdar juntamente; em conjunto.

37. Swinburne (2009: 43).

pergunta: seria ainda sensato considerá-los como três deuses distintos, caso, além do seu amor, partilhassem exatamente das mesmas propriedades, nomeadamente, a divindade? A resposta já não é tão clara, afinal, uma característica determinante que demarca um deus do outro é exatamente a sua divindade particular. Poseidon governa os mares, Zeus o Olimpo, Hades o submundo. Cada um deles possui essências particulares que fundamentam a sua individualidade. Essa distinção não está presente nas Pessoas da Trindade.³⁸ Além disso, estes deuses não têm qualquer nível de interdependência, caso Hades não existisse, nenhum outro deus ficaria em perigo iminente de cair na catástrofe. Isso não faria qualquer diferença aos outros deuses. E o mesmo pode ser dito de Hermes por exemplo. Não implicaria nada aos outros deuses caso o deus mensageiro não existisse. Claro, as suas vidas, bem como o mundo seriam diferentes, mas não existe nenhuma dependência entre eles. O oposto acontece na Trindade, existe uma dependência entre as Pessoas. Sem um, não podem existir os outros, sem um, não há nenhum. Sem um, não há Trindade, não há Deus!³⁹

Admito que esta é uma afirmação extremamente controversa. Afinal, uma consequência da afirmação de que sem Trindade não há Deus é a de que, aparentemente, tanto o judaísmo como o islamismo, religiões monoteístas, são incoerentes! É preciso ter em atenção o seguinte aspeto: a necessidade da Trindade, surge a partir do argumento do amor formulado por Swinburne. É necessário que Deus seja trinitário de forma a satisfazer a necessidade de amor-perfeito, o que já ficou estabelecido. Sendo que o Deus cristão é, essencialmente, um Deus baseado no amor, esse torna-se um traço característico e necessário para a sua coerência, possibilidade e existência! Caso um deus hipotético, não tenha a necessidade de amor-perfeito, então, daí não se segue que é trinitário. Todavia, se admitirmos que esse Deus é perfeito, considero que o amor estará incluído nas suas propriedades. Deste modo, a perfeição de um Deus, implica sim, que seja trinitário. Mas porque consideraríamos o amor como uma qualidade necessária na perfeição? Porque a autoestima é proveniente do amor, do mesmo modo que o interesse e cuidado por algo, também provêm do amor que temos por esse algo. Caso um Deus não tivesse amor nas suas propriedades, então não teria autoestima, o que me parece algo extremamente dúbio de se dizer. Poderia um Deus desprezar as suas qualidades e existência? Talvez, mas certamente não seria perfeito. Do mesmo modo, um Deus que não amasse a sua criação não seria um Deus bom, pelo que não seria perfeito. Daqui

38. Existe, todavia, uma outra distinção. A diferenciação de geração e procedência entre as Pessoas. Contudo, não irei abordar este fator diferenciador aqui, pois irei rejeitá-lo no ponto: 4.5 Problema da Necessidade e da autoridade do Pai.

39. Irei desenvolver esta ideia no ponto 4.5 sobre o Problema da Necessidade e Autoridade do Pai.

não se segue que a Trindade é necessária para que Deus se ame a si e à sua criação. Porém, há o problema de dependência de Deus sob a sua criação. Afinal, sem a criação, Deus não tem objeto para amar, pelo que não pode exercer as suas propriedades necessárias, não sendo perfeito. Somente um Deus trinitário pode amar auto-suficientemente, pelo que somente um Deus trinitário pode ser perfeito. Podemos ainda consultar Swinburne quanto a esta necessidade trinitária:

“O meu ponto é que a informação que sugere que há um Deus, sugere que o Deus mais provável é tal que inevitavelmente se torna tripessoal. É por esta razão que a doutrina da Trindade não é uma hipótese mais complicada que as hipóteses de um único indivíduo divino; o tipo de Deus mais simples para qual os argumentos levam, inevitavelmente tripessoalizasse, para cunhar a palavra.”⁴⁰

Podemos continuar. Este paralelo entre a Trindade e o Olimpo, tem uma expressão última na vontade. Se há algum tema que pode ser encontrado no *mythos* grego é o da discórdia. Os deuses discutem entre si, muitas vezes traindo e aliando-se uns aos outros, cada um com a sua agenda, motivos e ambições. A Trindade, por sua vez é caracterizada por uma vontade harmoniosa, pela concórdia entre as Pessoas. Nenhum ato de criação pode ocorrer sem o consentimento unânime da Trindade. Se um causa, os outros co-causam. Tudo é feito pela vontade unificada, pela vontade da Trindade, como um. Utilizo ainda o termo co-causação para reforçar essa ideia de consentimento. Isto é, sempre que uma das Pessoas causa algo, as outras Pessoas consentem com esse ato de causação, permitindo-o, ou, pelo menos, não o frustrando. Deste modo, todo e qualquer ato realizado por uma das Pessoas, pode ser atribuído à Trindade como um todo.

Volto a fazer a pergunta. Podemos considerar o Olimpo como um só Deus? Bom, se admitirmos o mesmo grau de interdependência observado na Trindade, admitirmos uma vontade unificada e congruente entre todos os deuses (pessoas), admitirmos que todos partilham da mesma essência, tendo todos as mesmas capacidades e poderes (isto, admitindo ainda que cada deus governe sobre um respetivo reino, todavia, com a diferença de que cada um é perfeitamente apto para governar outro qualquer, pois todos têm exatamente as mesmas capacidades); então parece-me perfeitamente concebível que estejamos a falar de um único Deus, ainda que uma imensidão de pessoas distintas o sejam. Um grego antigo, poderia ainda construir os seus templos e fazer os seus sacrifícios dirigindo-se para qualquer um desses deuses particulares, podendo, simultaneamente, falar de, ou para, o Olimpo, como uma única entidade. O único Deus.⁴¹

40. Swinburne (2009: 47).

41. Isto se desprezarmos as distinções temporais entre os deuses. I.e.: supondo que surgem todos numa

“Esta unidade de ser (interdependência ontológica), e unidade de ação (interdependência volitiva), é de tal modo que possibilita que as pessoas Trinitárias sejam um coletivo interdependente que “funciona” como uma sociedade unificada, totalmente integrada, que posso ser justificadamente designada pelo título Deus. Além disso, através da maneira que “funciona”, através da ação das suas partes (i.e.: o Pai, o Filho e o Espírito), pode, por extensão do uso, ser tomado por divino, e a fonte coletiva, última, do ser.”⁴²

Ora, se é já sensato considerar esse panteão como uno, então, se nos lembrarmos de que as Pessoas da Trindade surgem por necessidade do amor-perfeito, esta unidade torna-se ainda mais forte e irrefutável.

4.2.2 Objeção b)

Esta segunda via faz uso das esferas de influência enunciadas por Swinburne. Esta via chama para o facto de que a Trindade, neste modelo, consiste em Pessoas distintas a fazer trabalhos distintos. Não há nada que as una quando estão cada uma a olhar para a sua respetiva tarefa e a fazerem o que bem entenderem. Ora, se são Pessoas distintas e se têm atividades distintas, então, em nada são diferentes de Zeus, Hades e Poseidon, sendo três deuses.

Já falei um pouco acerca desta questão, dando abertura para uma refutação. Afinal, esta visão é simplista e não leva em conta a co-causação das outras Pessoas. Esta co-causação é de extrema importância, pois é a única forma de que algo possa efetivamente ser feito. Afinal, seres onipotentes restringem-se uns aos outros, impedindo que qualquer um deles seja, realmente, onipotente.⁴³ Entrarei em mais detalhe acerca deste aspeto na seção 4.4 sobre o Problema da Negociação. Aquilo que é preciso ter em conta neste tópico é que todo e qualquer ato por parte de uma Pessoa é co-causada pelas outras Pessoas, isto é, dando uma espécie de consentimento para essa causação. Exatamente por isso, por estarem sempre em acordo, nunca frustrando as vontades uns dos outros, é que podemos falar de uma unidade proveniente da confluência das vontades distintas. A maneira como devemos interpretar os atos de criação deve ser tal que, tendo em conta a onisciência de cada uma das Pessoas, segue-se que conhecem o estado mental uns dos outros, conhecendo as suas preferências e intenções. Pelo que em

única instanciação intemporal.

42. Sijuwade (2020: 7) cita Swinburne (1994).

43. Em suma, o problema da onipotência aqui expresso, resulta de ações incompatíveis. Uma Pessoa pretende realizar A, a outra B. Caso uma realize uma das vias, a outra Pessoa vê a sua vontade frustrada, tendo a sua onipotência posta em causa.

qualquer momento t , o Filho sabe que o Pai pretende realizar a ação x , e como tal, o Filho co-atualiza essa ação e o mesmo se passa com o Espírito. Aquilo que pode ser observado nas consciências das Pessoas é algo como: “Deve ser alcançado x através do meio y .” Esta vontade é exatamente a mesma em todas as Pessoas, porque é a melhor maneira para a Pessoa responsável por essa área de influência realizar o Bem, tendo em conta as suas preferências. Todavia, existe um pensamento paralelo que é divergente na perspectiva indicada por essa mesma esfera de influência. Diverge porque o Pai diz: “Eu devo e vou fazer x para alcançar y .” Ao passo que o Filho e o Espírito dizem: “O Pai deve e vai fazer x para alcançar y e nós co-atualizamos esse x .” Em suma, um “anuncia” a sua ação (quando é na sua esfera de influência) e os outros reafirmam essa ação. Aqui, asseguramos a individualidade das Pessoas da Trindade. A unidade é novamente assegurada porque esta linha de racionalidade pode ser unificada. Tanto o Pai, o Filho como o Espírito Santo têm o seguinte raciocínio: “Para alcançar x , o Filho deve fazer A para ter B , o Espírito deve fazer C para ter D e o Pai deve fazer E para ter F . Porque B , D , F vão possibilitar x ”. X pode ser interpretado como “o Bem”, pelo que B , D e F seriam coisas que iriam possibilitar o Bem, dentro da esfera de influência de cada um. Em suma, todos concordam naquilo que deve ser feito e por quem. É uma divergência pessoal que converge na sua formalização impessoal que assegura essa unidade essencial para a Trindade, mantendo, sempre, a individualidade das Pessoas constituintes. Toda e qualquer ação parte da concórdia e do assentimento unânime da Trindade como conjunto. Pelo que toda e qualquer ação é realizada pela Trindade como um todo, como uma unidade. Sijuwade parece concordar com este carácter unificador proveniente da convergência de vontades:

“Esta unidade de ser (interdependência ontológica), e unidade de ação (interdependência volitiva), é e tal modo que permite às Pessoas da Trindade serem um coletivo interdependente que “funciona” como uma sociedade unificada, totalmente integrada, que pode corretamente ser designada com pelo título de Deus. Além disso, através da maneira como “funciona”, pela ação das suas partes (i.e. o Pai, o Filho e o Espírito), pode, por extensão do uso, considerar-se divino, e fonte última, coletiva do ser.”⁴⁴

Não é, portanto, devido a um único fator que a unidade é assegurada. Não é devido ao amor-perfeito, devido à congruência das vontades, da partilha de uma mesma essência. É também devido à constante e permanente congruência de todos os aspetos de existência das Pessoas. Por agirem, pensarem e existirem como uma unidade que se ama como um só. Devido ao conjunto de todos esses fatores, tomados como um,

44. Sijuwade (2020: 7).

por esse facto é que podemos considerar, acertadamente, que a Trindade é um e um só Deus, preservando o monoteísmo ortodoxo necessário para um Modelo cristão da Trindade.

4.3 Problema do 4º Elemento Divino

Esta crítica, enunciada por Leftow⁴⁵ com o nome “Dilema para a Trindade Monoteísta”⁴⁶, consiste em demonstrar a existência de um dilema sem solução para os modelos monoteístas da Trindade (tal como o nome indica). Segundo Leftow, o problema está na maneira como interpretamos a natureza divina nas Pessoas e na própria Trindade. Visto que cada uma das Pessoas é considerada divina, então, caso a Trindade seja uma quarta instância de natureza divina, não temos três, mas sim quatro deuses! Isto é inadmissível pois deixaria de ser uma Trindade, falhando na preservação da ortodoxia cristã. A alternativa será, portanto, dizer que a Trindade não constitui uma quarta instância divina. Todavia, o dilema persiste.

Temos uma nova decisão a fazer. Ou admitimos que a Trindade é divina, ou que não o é. Caso admitamos que não o é, então abandonamos a Trindade Monoteísta. Seriam apenas três Pessoas divinas, sem qualquer unidade. Pelo que cairíamos, também, no triteísmo. Somos forçados a admitir que, efetivamente, a Trindade é divina!

Mais uma vez, temos de fazer uma escolha. Visto que a Trindade é divina, tal como as Pessoas que a constituem, falta responder se as suas divindades são distintas, ou idênticas. Ou seja, há que decidir se há ou não, mais do que uma maneira de ser divino! Caso afirmemos que só há uma maneira de ser divino, então deparamo-nos com uma escolha em que ambas as hipóteses são intoleráveis. Ou aceitamos que só a Trindade é Deus e que as Pessoas não são divinas, que vai contra a ortodoxia estabelecida nos Concílios, pois, vimos já (no ponto 1. Introdução e Apresentação do Problema) que cada uma das Pessoas é ela própria Deus (premissa 1, 2 e 3). A alternativa é igualmente arrebatadora, pois afirma que só as Pessoas são divinas (e não a Trindade); abandonando, novamente, a Trindade Monoteísta.

Somos, deste modo, obrigados a afirmar que há duas maneiras de ser divino. Uma, encontrada nas Pessoas e a segunda na Trindade.

45. Leftow (1999).

46. Esta crítica vai ser apresentada nos modos enunciados por William Craig na seguinte entrevista: <https://youtu.be/8LeYF8zSFBs?t=978>

Todavia, isto é inadmissível para Leftow, pois considera que esta conclusão leva ao Arianismo de Cornelius Plantinga⁴⁷, que é herege. Esta heresia ariana - segundo Leftow - afirma que existir mais do que uma maneira de ser divino, deprecia a divindade das Pessoas. Seria como dizer que a divindade encontrada nas mesmas, seria uma versão como que diluída daquela encontrada na Trindade. Afinal, segundo esta conclusão, as Pessoas não são exemplares ou instâncias do divino, são versões diluídas da divindade!

Como vimos, todas as possíveis respostas a esta problemática são inadmissíveis! Estará a consistência da própria Trindade Monoteísta condenada ao fracasso? A minha resposta é não. Existe uma resposta enunciada por Tomás de Aquino⁴⁸, utilizada também por Swinburne, que soluciona toda esta problemática de uma forma muito simples e elegante.

“Aquino deu a explicação que sugeri anteriormente: “uma maneira óbvia de resolver a aparente contradição” de que tanto a Trindade como os membros são considerados “Deus.” “Deus”, segundo Aquino, “é um nome”, que significa “ter divindade” que é um “adjetivo”; e é por isso que “enquanto há três tendo divindade, não significa que haja três deuses”. Em alguns casos “Deus” significa “essência”; é por razão da forma significada que “Deus cria”. É toda a divindade presente nas três pessoas que “cria”; logo, seria de parecer que, “Deus” assim usado é o nome dos três considerados juntamente.”⁴⁹

De uma forma mais clara, a solução passa por considerar Deus - e como tal, a Trindade - como um nome dado à unidade das três Pessoas. É um mero conjunto unitário das suas partes e como tal, não constitui uma quarta instância de divindade. Se Deus significa Trindade, então Deus é um modo titular, que é a maneira apropriada de O interpretar, tal como mencionei na parte 4.1, tendo, inclusive, Tomás de Aquino como referência histórica. Deste modo, fica demonstrado que toda a problemática enunciada por Leftow, não passa de um falso dilema que pode ser solucionado corrigindo a maneira como interpretamos a designação de Deus e de Trindade.

4.4 Problema da Negociação

Esta objeção segue da maneira como Swinburne resolve o problema da paralisia entre seres onipotentes. Segundo o autor, existem várias situações em que podemos fazer ações igualmente boas, mas só

47. Plantinga Jr, Cornelius (1989).

48. Aquino (1963-1980).

49. Swinburne (2018: 7).

podemos fazer uma delas, pois são incompatíveis entre si. Ora, se estes casos são verídicos para nós, seres limitados, então são infinitos para seres onnipotentes. Afinal nós estamos restritos a um número muito limitado de possibilidades, Deus, pela sua onnipotência, tem um leque infinitamente maior de alternativas viáveis e igualmente boas. Suponhamos que estamos num canil e vamos adotar um cão. Esta é uma ação boa e é igualmente bom eu adotar o cão A, B ou C. Todavia, só posso adotar um deles. Ou seja, adotar o cão A, implica não adotar o B ou o C. Deste modo, não existe nada que me faça escolher especificamente algum deles, a não ser a minha preferência pessoal. Suponhamos agora que não sou só eu a escolher o cão para a nossa casa, mas somos 3 pessoas e cada um de nós tem preferência por um cão diferente. Independentemente de qual escolhermos, duas das nossas vontades serão frustradas! Isto é o que se passa com a Trindade. Visto que as três Pessoas desejam sempre o bem, em situações como esta, em que não existe resposta certa, forma-se um impasse. Este impasse é de extrema importância, pois a frustração da vontade de qualquer uma das Pessoas, seria pôr em risco a sua onnipotência. Afinal, se uma das Pessoas desejar fazer a via B, mas outra tiver feito anteriormente a via A, a que desejava a via B vê a sua vontade frustrada, tornou-se impotente, incapaz de realizar a sua vontade. Se alguém é incapaz de concretizar a sua vontade, então essa Pessoa não pode ser designada como onnipotente! Swinburne apresenta o problema no seguinte modo:

“Se há uma melhor ação possível numa dada situação, qualquer pessoa onnipotente fará sempre essa ação. Mas em muitas situações, tanto para uma pessoa onnipotente como para nós, irá haver duas ou mais ações possíveis incompatíveis, cada uma tão boa como a outra e melhor do que qualquer outra. Nestes casos, uma pessoa onnipotente escolherá livremente qual fazer. (...) Dado que qualquer pessoa onnipotente é perfeitamente boa neste sentido, só pode haver mais do que uma pessoa onnipotente, se cada uma das pessoas onnipotentes acreditar que seria mau para ela causar efeitos de determinado tipo, tipo que somente outra pessoa onnipotente poderia causar.”⁵⁰

Resta então descobrir como resolver esta paralisia. Swinburne propõe uma espécie de contrato entre as Pessoas intervenientes, de forma que seja atribuído uma certa esfera de influência designada para cada uma delas. Este contrato, aplicado à Trindade, utiliza a primazia do Pai em relação ao Filho e ao Espírito Santo de forma a possibilitar uma autoridade formuladora do contrato, sendo o Pai o distribuidor dessas esferas.

“Isto é, deve existir alguma concórdia entre eles sobre que área pode cada um controlar. Caso contrário obteríamos a incompatibilidade descrita. Mas dado que

50. *Ibid.*, 9.

a onnipotência de uma pessoa é somente um poder para fazer boas ações e como tal ações de um tipo que a pessoa tem o direito de fazer, mais do que uma pessoa pode ser onnipotente. Somente uma pessoa iniciaria ações que afetassem o movimento dos planetas, e as outras poriam os seus poderes suportando a sua escolha; similarmente para outras áreas. Daí a unidade da Divindade em “poder” afirmado pela carta sinódica do Concílio de Constantinopla. Esta demarcação de áreas de influência não poderia ser concluída através da discussão entre as pessoas, pois enquanto a discussão durasse nenhuma delas seria onnipotente. Em causar os outros a existir (em cada momento do tempo) o Pai teria de designar as regras que determinassem quem tem o direito a que ações; e os outros membros da Trindade reconheceriam o seu direito, como a fonte do seu ser de as designar.”⁵¹

Swinburne apresenta a proposta de que, sendo o Pai o responsável pela geração do Filho e do Espírito, tem prioridade sobre Eles. Aproveitando-se desta posição hierárquica superior, o Pai apresenta as esferas de influência a que cada Pessoa fica responsável. Restringindo as ações de cada um a uma determinada área, a possibilidade de paralisia perde-se, resolvendo o problema. Efetivamente, o problema da paralisia fica resolvido com esta proposta; o que não fica resolvido, são os novos problemas que esta proposta implica. O primeiro problema está na hierarquização das Pessoas, atribuindo uma prioridade ao Pai. Esta noção é altamente controversa e será analisada a fundo na seção seguinte, onde argumentarei contra ela. Outros problemas que são levantados são a própria questão da elaboração do contrato, esta objeção diz que mais do que uma Pessoa pode apresentar um contrato simultaneamente, pelo que ocorre um caso de paralisia na aceitação dos contratos, isto é ainda mais evidente no nosso caso, em que rejeitamos a prioridade do Pai. Na sequência desta crítica, irei, também, apresentar uma solução, tanto para o problema da paralisia que Swinburne formula, como para a objeção da paralisia contratual.

A crítica da paralisia contratual foi formulada por Kelly James Clark, diz o autor:

“O argumento de Swinburne para a necessidade de uma hierarquia para evitar uma colisão de vontades depende de uma compreensão antropomórfica indevida das relações entre dois seres divinos: Mas como podem as linhas de distribuição do exercício apropriado de poder ser delimitado? Por um indivíduo divino? Mas não há nada que possa garantir que nesse momento, em que a proposta para a distribuição de poder é apresentada, outro indivíduo divino não possa apresentar uma proposta diferente; e mesmo com a melhor intenção no mundo, somente a sorte pode prevenir uma colisão verdadeira de vontades. (Comparece-se com uma situação em que duas pessoas se aproximam num passeio e cada uma tenta desviar-se para o lado em que acha que a outra não vai; elas podem ou não colidir.) Somente se uma apresentar as regras e a sua decisão aceite devido à sua autoridade de apresentar as

51. *Ibid*, 9-10.

regras, pode a colisão ser necessariamente evitada. O problema é que a descrição antropomórfica da negociação de Swinburne é enganosa: Um ser divino faz uma proposta e envia-a para outro que estava também a desenvolver a sua proposta. As suas propostas cruzam-se, as negociações vacilam, e vontades colidem.”⁵²

Este argumento de Kelly pode ser formalizado na seguinte forma:

1. Se é necessário que não haja colisão de vontades, tem de existir uma pessoa com autoridade para apresentar e impor as regras.
2. Não há uma pessoa com autoridade para apresentar e impor as regras.
3. Logo, Não é o caso que necessariamente não haja colisão de vontades. (1,2, *Modus Tollens*)

Esta conclusão é inadmissível, pois, tal como vimos anteriormente, a mera possibilidade de paralisia - proveniente da colisão de vontades - implica a possibilidade de não-omnipotência para as Pessoas. Ora, isto é algo que não pode ser aceite! Afinal, Deus é efetivamente onnipotente e esse é um facto necessário! É imperativo que encontremos uma alternativa que nos permita evitar a possibilidade de colisão de vontades.

Para este fim, tanto Yandell (1994) como Clark (1996) oferecem uma resposta. Ambos os autores fazem uso da onisciência e benevolência das Pessoas da Trindade. Visto que, pela benevolência, nenhuma das Pessoas procuraria frustrar a vontade de outrem, nem de causar paralisia da onnipotência. Juntando este facto à onisciência, as Pessoas sabem também como não provocar essa paralisia, sendo capazes de adaptar-se harmoniosamente consoante as ações de cada um. Além disto é perfeitamente concebível que as Pessoas saibam perfeitamente as preferências e inclinações umas das outras, pelo que a atribuição das esferas de influência pode ser um acordo implícito e natural, sendo as “tarefas” distribuídas de acordo com as preferências das Pessoas.

“Seres onnipotentes moralmente perfeitos, não terão relação por via da paralisia onnipotente. Duas pessoas onniscientes, onnipotentes moralmente perfeitas não se reduzirão à impotência. Por isso, do facto de que um ser onnipotente possa estar relacionado com outro ser onnipotente por via da paralisia onnipotente, não se segue que isso ponha em perigo os membros da divindade trinitária.”⁵³

Ou seja, Yandell - como eu - admite que os casos de paralisia onnipotente são reais, mas não se aplicam à Trindade. E não se aplicam devido à vontade harmonizada (ver ponto 4.2.2 Objeção b) presente na

52. Clark (1996: 468-469).

53. Yandell (1994: 210).

Trindade. Vontade essa que está associada à benevolência e onisciência divinas.

Clark continua nessa linha:

“Swinburne omite que ambos os seres são oniscientes e perfeitamente bons. Ambos sabem o que o outro deseja e considera contingentemente bom. Sendo que ambos os seres são livres, eles não têm, de acordo com Swinburne, conhecimento sobre as ações livres futuras do outro. Mas G1 pode adaptar-se perfeitamente às ações de G2 desejando eternamente o seguinte: Se G2 fizer a, então G2 fará a*. Se G2 fizer b, então G2 irá fazer b*. Se G2 fizer c, então G2 fará c*.... E *mutatis mutandis* para G2. Ambos poderiam, então, adaptar instantaneamente as suas ações às ações do outro. (...) saberiam sempre o efeito das suas escolhas sob os outros e desejar aquilo que maximizasse a felicidade do mundo em que ambos existem. Ambos saberiam o que o outro deseja contingentemente e os efeitos dos seus próprios desejares e ser perfeitamente adaptado aos desejares do outro. (...) Onisciência e onipotência, não sorte, preveniriam a colisão de vontades. E nenhuma das divindades necessitaria de ser fonte última de autoridade para qualquer outro ser divino.”⁵⁴

Em suma, aquilo que proponho é que, tal como os autores mencionados, não é necessária uma conceção contratual para impedir a paralisia da onipotência entre as Pessoas da Trindade. Basta reconhecer que a harmonia e compreensão entre as mesmas, associado aos seus atributos de onisciência e benevolência, impedem toda e qualquer colisão de vontades. Esta via evita simultaneamente o problema apresentado por Clark acerca da paralisia contratual. No entanto, é precisamente neste ponto que divirjo dos autores. Acredito que o reconhecimento das preferências de cada uma das Pessoas, proveniente das suas onisciências é suficiente para tornar qualquer tipo de contrato supérfluo, mais uma vez, porque existe, efetivamente, uma vontade harmoniosa que as une, uma vontade convergente. Não só o contrato não seria necessário, como seria praticamente impossível que, caso formulassem um contrato, existisse um contrato alternativo que colidisse com o mesmo. Ainda assim, caso o contrato fosse elaborado, as três Pessoas criariam o mesmo contrato. Reforçando ainda a ideia expressa no parágrafo anterior, esta harmonia não provém de nenhuma forma de determinismo. O livre-arbítrio⁵⁵ continua a existir na Trindade e nas suas Pessoas. A harmonia e vontades convergentes, têm, também, uma divergência individualizadora, que permite a distinção entre as Pessoas e as suas vontades, aliado, inclusive, às preferências particulares de cada um. Não existe, deste modo, nenhuma via viável para que um objetor afir-

54. Clark (1996: 469).

55. Livre-arbítrio é aqui usado na sua determinação incompatibilista, i.e.: para todo e qualquer ser dotado de livre-arbítrio, pressupõe-se a possibilidade de escolhas alternativas.

me uma via determinista, triteísta ou até mesmo modalista. Uma outra vantagem desta interpretação é a de permitir escapar de forma ilesa à afirmação de que existe uma hierarquia na Trindade. Esta afirmação, defendida por Swinburne, - tal como procurarei demonstrar no ponto seguinte (4.5) – leva a um triteísmo.

4.5 Problema da Necessidade e da autoridade do Pai

Chegámos, por fim, à última objeção. Esta linha de ataque tem em conta a maneira como Swinburne formula a relação das Pessoas, afirmando que nenhum dos Padres Antigos a aceitariam - via de ataque de Hasker (2013) – ou, sustentando que leva a um triteísmo (Clark (1996)). De forma a possibilitar uma análise destas objeções, iremos analisar a tese defendida por Swinburne acerca desta questão, bem como as razões que o levam a defendê-la. Procurarei demonstrar que as críticas têm efetivamente fundamento, pelo que será necessária uma revisão deste tópico. Isto, se quisermos manter uma interpretação social da Trindade. Apresentarei ainda a ortodoxia relevante para a questão, exposta no Credo de Atanásio e de Niceia. De seguida, irei propor uma nova forma de interpretar os respetivos Credos, permitindo uma conciliação entre o Modelo Social de Swinburne e a ortodoxia da fé cristã.

Vimos já como Swinburne defende uma primazia do Pai na Trindade de forma a declarar o contrato das esferas de influência. O autor utiliza Gregório de Nissa para justificar esta primazia:

“Essa é a única forma de distinguir uma Pessoa da outra, acreditando que uma é a causa e a outra depende da causa. Novamente, reconhecemos outra distinção acerca daquilo que depende da causa. Há aquilo que depende da primeira causa e aquilo que é derivado daquilo que depende imediatamente da primeira causa. Assim o atributo de ser somente-gerado sem dúvida pertence ao Filho, e não questionamos que o Espírito seja procedido do Pai. Pela mediação do Filho, enquanto guarda a sua prerrogativa de ser somente-gerado, não exclui a relação que o Espírito tem por natureza com o Pai.”⁵⁶

Esta é a interpretação feita a partir dos Credos:

- Credo de Niceia:

“Acreditamos em um Deus ($\theta\epsilon\varsigma$), o Pai Todo-Poderoso ... e num Senhor Jesus Cristo, o único Filho gerado de Deus, gerado pelo Pai antes de todo o tempo, ... verdadeiro Deus de verdadeiro Deus, gerado não criado, de

56. Swinburne (2009: 43).

uma substância (*ὁμοουσιός*) com o Pai ... E no Espírito Santo que procede do Pai [e do Filho] que com o Pai e o Filho são venerados e glorificados juntos.”⁵⁷

- Credo de Atanásio:

“O Pai não é feito de coisa alguma, nem criado nem gerado. O Filho é do Pai somente, não feito, não criado, mas gerado. O Espírito Santo é do Pai e do Filho; nem feito, nem criado, nem gerado, mas procedendo... Nesta Trindade nenhum é anterior ou posterior a outro, nenhum é maior ou menor que outro... Logo, aquele que for salvo, terá de pensar na Trindade.”⁵⁸

Vistas as fontes, torna-se natural a conclusão de Swinburne. O Pai é fonte tanto do Filho como do Espírito Santo, havendo uma distinção causal entre as Pessoas. A autoridade do Pai, na Trindade, provém desta linha causal, sendo o causador da Trindade - a primeira causa. Existe uma clara hierarquia: Pai>Filho>Espírito Santo. Swinburne não vê qualquer problema nesta conceção, afirmando que tal hierarquia, tal *assimetria de dependência*⁵⁹ é inevitável. Porém, visto que o Pai não tinha opção senão “causar” o Filho e juntos “causam” o Espírito - existindo os três, eternamente - a dependência não diminui as suas grandezas. Swinburne reforça este ponto com uma analogia do Rei. Segundo o autor, um rei que, a partir de determinado momento, decida partilhar voluntariamente o seu reino com outro, pode ser pensado como superior ao segundo, pois é a causa do seu poder, sendo-lhe anterior. Contudo, um rei que, durante todo o seu reinado, partilhou-o com outro, devem ser vistos como iguais. O ponto diferenciador, aqui, é o temporal. Como todo o processo de “criação” das Pessoas é realizado como que instantaneamente, não havendo uma distinção temporal entre as Pessoas, todas elas partilham da mesma legitimidade, sendo iguais. Porém, como o Pai é causa primeira, tem ainda uma superioridade. Tudo isto parece contraditório. Afinal, as Pessoas são, ou não, iguais? Swinburne parece querer dizer que existe uma diferença, mas não uma diferença significativa; todavia, significativa o suficiente para o Pai ter primazia e autoridade, mas não o suficiente para existir uma diferença de legitimidade e poder. Como pode ser isto possível? A resposta curta: não é. Vejamos algumas das objeções.

William Hasker aponta exatamente para a heresia de Swinburne nas suas afirmações:

“Nenhum dos Padres Antigos, penso, aceitaria que uma Pessoa possa ser totalmente divina (“verdadeiro Deus”, como designavam) e criada, mesmo na forma

57. *Ibid.*, 44.

58. *Ibid.*

59. *Ibid.*, 43.

especial em que, de acordo com Swinburne, o Filho e o Espírito são criados. Nem acredito que aceitaríamos que uma Pessoa divina pudesse, concebivelmente, ser aniquilada, mesmo que por “poder compatibilista”⁶⁰

Dois pontos são feitos neste excerto: 1) ser criado e “verdadeiro Deus” é incompatível. 2) nenhuma Pessoa pode ser aniquilada, i.e., deixar de existir. Começamos pelo ponto 2). Este trata de criticar explicitamente um ponto feito por Swinburne: “*É uma consequência da natureza do Pai que Ele sustenha continuamente em existência o Filho e o Espírito e é da natureza do Filho que O ajude a sustentar o Espírito.*”⁶¹ Aquilo que Swinburne pretende mostrar é que o Filho e o Espírito têm a sua existência sustentada na vontade do Pai, que os atualizam continuamente. Aquilo que Hasker aponta é que isto implica o poder de cessar a existência, tanto do Filho, como do Espírito, visto não serem *causa sui*. Ora, esta subordinação é claramente oposta à natureza e essência divina, que se encontra na sua plenitude em todas as Pessoas da Trindade. Como pode Swinburne explicar que o Pai tenha a sua existência garantida, mas que o Filho e o Espírito dependam da sua boa graça constante? Não podemos estar a falar da mesma divindade! Ou todas as Pessoas são causas constantes que sustentam a existência das outras Pessoas, ou nenhuma precisa de sustentar a existência umas das outras! Qualquer caso intermédio pressupõe uma discriminação e uma destruição da unidade divina, levando ao triteísmo e até a uma diluição da divindade! Quanto ao ponto 1) de Hasker, parece seguir-se daquilo que foi dito e estabelecido neste parágrafo, pelo que subscrevo totalmente ao seu ponto. Irei aprofundar esse tópico adiante, pois surge no contexto em que Swinburne admite uma necessidade ontológica para o Pai. Necessidade essa que irei recusar.

Por vias similares, Kelly James Clark (1996), afirma que o caminho percorrido por Swinburne leva a um triteísmo. Sijuwade faz um excelente resumo da tese de Clark, pelo que apresento a seguinte citação:

“Para Kelly, o Modelo de Swinburne, ao invés de cumprir os princípios Trinitaristas, “... *move-nos numa direção de triteísmo e não de Trinitarismo ortodoxo*” (Clark, 1996, 464.) O motivo pelo qual Kelly acredita nisto baseia-se no facto de que, como há três seres divinos logicamente distintos no Modelo, o Modelo atribui a um a existência de três indivíduos divinos não-idênticos, que é multi-teísta. Kelly não concebe esta posição “multi-teísta” como sendo a leitura apropriada

60. Hasker, William (2013); “Swinburne; Created Divine Persons”; *Metaphysics and the Tri-Personal God*; *University Press Scholarship Online*; pág. 6.

61. Swinburne (2018: 11).

dos credos conciliares.”⁶²

Para Clark, a origem do problema encontra-se na maneira como Swinburne⁶³ concebe a necessidade de Deus. Concebe a necessidade do Pai como ontológica⁶⁴, ou, como mais tarde a designa: *ontologicamente independente*⁶⁵, afirmando, como razões para essa necessidade: permitir a existência de múltiplos deuses, nomeadamente o Filho e o Espírito. Rejeita ainda a necessidade lógica⁶⁶, pois afirma que não é incoerente imaginar um mundo em que Deus não exista, pelo que não há qualquer contradição. Esta declaração é claramente polémica, pois rejeita totalmente os argumentos ontológicos de Santo Anselmo⁶⁷, por exemplo.

Qual é, então, o problema da necessidade ontológica formulada por Swinburne? O problema é que essa necessidade (a independente) só é aplicável a uma das Pessoas da Trindade, criando uma divergência entre as necessidades das Pessoas⁶⁸. Essa divergência é uma de necessidade ontológica independente (para o Pai) e dependente (Para o Filho e o Espírito Santo). “*A distinção entre pessoas divinas é uma distinção entre pessoas divinas ontologicamente necessárias independentes e dependentes.*”⁶⁹ Isto, pois o Filho e o Espírito Santo são “causados” pelo Pai, sendo dele dependentes. Ora, isto seria o mesmo que apontar para o Pai, atribuindo-lhe um grau de necessidade 1, grau 2 ao Filho e 3 ao Espírito Santo. Sendo 1 o mais necessário. Isto é absurdo e leva ao triteísmo. Esta conceção apresenta as outras Pessoas como uma espé-

62. Sijuwade (2020: 9.)

63. Swinburne (1994).

64. Swinburne (1994: 118) apresenta a distinção entre o Pai e o Filho/Espírito como necessidade ontológica e metafísica, respetivamente: “*Finalmente, há duas espécies de necessidade que darei o nome de necessidade ontológica e necessidade metafísica. (...) Uma afirmação é ontologicamente necessária se é verdadeira e reporta a ocorrência de algum evento eterno (everlasting) E, e não existe causa (ativa ou permissiva) de E. Uma afirmação é metafisicamente necessária se é verdadeira e reporta uma ocorrência de algum evento eterno E, e não existe causa (ativa ou permissiva) de E, além de qualquer causa cuja existência eterna anterior com certas propriedades sem causa e cujas propriedades são tais que a implicam ativamente ou permissivamente causar E (tanto diretamente como através de uma sequência causal).*” I.e.: Necessidades ontológicas são *causa sui*, pelo que necessidades metafísicas seguem-se necessariamente de necessidades ontológicas. Estão como que subordinadas, sendo “subprodutos” ou consequências da causa primeira.

65. Swinburne (2018: 18) faz a distinção entre a necessidade do Pai como ontologicamente independente. I.e.: tem em si a causa para a sua existência.

66. Este tipo de necessidade é referente a factos necessários em todos os mundos possíveis. Ex.: $1+1=2$ (verdades matemáticas).

67. Anselm (1996).

68. Swinburne (2018: 18) afirma uma necessidade metafísica para o Filho e o Espírito. Mais tarde, passa a dar o nome de necessidade ontológica dependente, pois deriva da causa ontológica independente (causa primeira): o Pai.

69. *Ibid.*

cie de subproduto necessário da primeira causa, independentemente de Swinburne o admitir ou não. Mesmo que aplicássemos uma necessidade ontológica independente às três Pessoas, o problema manter-se-ia, pois, para Swinburne, o Problema da Negociação não teria solução. Afinal, nenhuma das Pessoas teria primazia. Além disso seria preciso convencer-nos de que a noção de procedência e geração são falsas. Isto, pois numa necessidade ontológica independente distribuída, todas as Pessoas seriam *causa sui*.

Quero ainda chamar a atenção para uma última crítica. Relembrando o Credo de Atanásio: “*Nesta Trindade nenhum é anterior ou posterior a outro, nenhum é maior ou menor que outro*”. É muito difícil de compreender como é que Swinburne concilia o seu Modelo com este aspeto. Entra em contradição direta, pois, se o Pai tem prioridade, então é claramente maior que as outras Pessoas. Uma maneira de ajudar a ilustrar este problema da hierarquia divina, fruto da necessidade independente, é o caso dos chocolates. Imaginemos o cenário 1, que representará o Modelo de Swinburne: Num supermercado, juntamos um chocolate às nossas compras, perfazendo um total de 50€. Ora, o supermercado está a fazer uma campanha que diz: “Numa compra de valor igual ou superior a 50€, um chocolate é adicionado à sua compra a custo zero.” Claramente aceitamos a oferta, ficando com uma compra de 50€, contendo dois chocolates. Existe ainda uma outra promoção a decorrer! Na compra de dois chocolates, temos direito a um terceiro! Também aceitamos. Ora, ao comprarmos um chocolate, ficámos com um total de três chocolates distintos! O primeiro chocolate fez com que cumpríssemos os requisitos para a primeira promoção, adquirindo um segundo chocolate. Com os dois chocolates, surgiu um terceiro! O melhor desta promoção é que de um chocolate ficámos com três. Adquirimos os três num único ato de aquisição, a única compra! O problema disto é que os chocolates adicionais são meros subprodutos, advêm de um mero acaso promocional, partindo de três instâncias distintas de criação, ou, para o caso dos chocolates: aquisição. Afinal, noutra dia qualquer, as promoções não existiriam. Seria possível ter tido um único chocolate, até porque poderíamos ter recusado as promoções! Deste modo, não existe algo que permita ligar os três chocolates distintos (Pessoas) sob a única forma de doce (Deus). O único elemento que têm em comum é terem sido adquiridos na mesma compra, o que não considero suficiente para que estabeleçam uma ligação unitária. Passemos ao cenário 2, onde adquirimos efetivamente uma unidade composta por três produtos (ou pessoas). Basta imaginar que comprei um pack. Um pack que continha, por exemplo: um shampoo, um gel de banho e um amaciador. Não podia ter trazido só um deles, era necessário que,

caso quisesse algum deles, teria de levar os três! Isto não acontece no caso dos chocolates, poderia perfeitamente ter recusado as promoções, tal como Swinburne admite a possibilidade de o Pai deixar de sustentar a existência das outras Pessoas – mesmo que a sua benevolência não o deixe ser uma “possibilidade real”. É este segundo cenário que ilustra a necessidade apropriada da Trindade, não o cenário hierarquizado de 1.

Mas será o segundo cenário possível? Sim, se admitirmos uma necessidade - pelo menos⁷⁰ - ontológica para Deus. Para esse fim, a tese que proponho é a de que a própria Trindade tem necessidade ontológica⁷¹, pelo que, tal como referido no ponto 4.2.1 Objeção a), se o Pai existe, então o Filho e o Espírito também existem. Deus existe numa necessidade ontológica, ao passo que as Pessoas partilham de uma necessidade lógica, derivada da existência de Deus numa *necessidade do complexo trinitário*, vejamos:

“O que é necessário é a totalidade do complexo do Pai mais Filho mais Espírito Santo. Isto é: N1. Necessariamente, (Pai+Filho+Espírito Santo) existe. Esta situação, todavia, é logicamente indistinguível da seguinte: N2. Necessariamente, o Pai existe, e, N3. Necessariamente, o Filho existe, e, N4. Necessariamente, o Espírito Santo existe.”⁷²

Yandell expõe esta tese nas seguintes palavras:

“É uma verdade necessária que se Deus é trinitário, então o Pai existe se e só se o Filho existe e o Filho existe se e só se o Espírito Santo existe. Além disso, se é verdade que se Deus existe então Deus é trinitário então é verdade que necessariamente, se Deus existe então Deus é trinitário. Logo é verdade que necessariamente o Pai existe se e só se o Filho existe e necessariamente, o Filho existe se e só se o Espírito Santo existe. Então mesmo que Deus existe seja logicamente contingente, continua a ser verdadeiro que o Pai existe é contrariado por o Filho não existir, então o Pai existe implica que o Filho existe.”⁷³

Dada esta conceção, conseguimos fugir aos grandes problemas das necessidades ontológicas distintas. A hierarquia é eliminada, pois encontram-se num estado de igualdade; a diluição da divindade deixa de existir, pois, devido à igualdade, a divindade está presente plenamente em cada uma das Pessoas; e não rejeita os argumentos ontológicos de Anselmo (1996), sendo consistente quer aceitemos ou não essa

70. Digo “pelo menos”, pois na versão que proponho, o Modelo é consistente tanto para uma necessidade lógica como ontológica para Deus e, como tal, para a Trindade. Deste modo, sempre que mencionar esta necessidade ontológica, estou meramente a mencionar a necessidade mais fraca; sendo a mínima para que o Modelo funcione. Não quer isto dizer que rejeito uma necessidade lógica - versão de necessidade forte.

71. Esta necessidade ontológica deve ser lida no sentido de necessidade ontológica independente que Swinburne formula.

72. Hasker (2019: 61).

73. Yandell (1994: 215).

linha argumentativa. Apesar de todos estes estupendos avanços, graves problemas surgem no lugar dos resolvidos.

Um dos objetores desta via é Hasker. Segundo o autor, Yandell substitui a dependência causal pela lógica, isto pois nenhuma das Pessoas tem uma causa, nenhuma delas são causadas. Estão, no entanto, ligadas umas às outras numa conexão lógica em que se um existe, todos existem. Ora, o problema está exatamente nessa *causa sui* de cada uma das Pessoas. Se cada uma delas é fonte última de si mesma, então não existe nada forte o suficiente que as una! Diz o autor:

“Similarmente, (N1-N4) são consistentes com a proposição de que tanto o Pai, o Filho e o Espírito Santo são cada um fonte última de ser; cada um possui a necessidade que não deriva de nenhuma forma de outro qualquer ser, e qualquer outra relação que possa existir entre eles é subsequente à existência de cada Pessoa, uma existência que não está significativamente ligada à existência de qualquer uma das outras Pessoas. Se isto não é triteísmo, então aproxima-se demasiado para nosso conforto”⁷⁴

Em suma, aquilo que Hasker pretende demonstrar é que a perda da dependência causal incorre numa perda de unidade. As Pessoas deixam de estar unidas numa Trindade, sendo meramente três deuses autossuficientes. Isto é a definição de triteísmo, que já vimos ser uma heresia. Se esta crítica for sucedida somos obrigados a rejeitar esta via, regressando à estaca zero. Como resolver este problema? De uma maneira muito simples. Da mesma forma que argumentámos no ponto 4.2 Objeção Triteísta, a unidade é estabelecida pela congruência de vontades, pela partilha da essência divina e pelo amor-perfeito. Nenhuma menção da necessidade causal foi feita, pelo que a sua perda em nada afeta a unidade da Trindade. Deste modo, uma necessidade lógica, postulada a partir do amor-perfeito, só vem fortalecer a ligação entre as Pessoas constituintes da Trindade. Relembrando a conclusão desse ponto, aquilo que constitui a unidade não é algo particular, mas sim a junção dos vários pontos que ligam as Pessoas. A necessidade lógica que Yandell defende, em nada afeta essa identidade. O modelo trinitário monoteísta continua, ao contrário daquilo que Hasker pensa, numa posição perfeitamente confortável.

Uma outra objeção muito mais mortífera é a afirmação de que esta posição é herege, pois rejeita aquilo que é estabelecido nos Credos: “*O Filho é do Pai somente, não feito, não criado, mas gerado. O Espírito Santo é do Pai e do Filho; nem feito, nem criado, nem gerado, mas procedendo*” (Credo de Atanásio, nota de rodapé 58). Rejeitar a necessidade causal em prol da necessidade lógica estabelecida, implica a negação da geração do Filho e da procedência do Espírito, isto, pois

74. Hasker (2019: 61).

o Pai deixa de ser a causa primeira para a Trindade. Negar este aspeto central da ortodoxia cristã, leva-nos diretamente à heresia, perdendo qualquer estatuto de legitimidade aos olhos da igreja e da fé cristã. Mas será esta quebra com a ortodoxia necessária?

Na minha visão, aquilo que é estabelecido nos Credos não deve ser lido à letra, caso contrário, voltamos ao problema da leitura causal de Swinburne. Devemos olhar para a geração e procedência trinitárias como vias ilustrativas. Caso nos lembremos do argumento de Swinburne acerca do amor-perfeito, a simetria é óbvia. Da mesma forma que o Filho é gerado pelo Pai, o Filho é necessário para que o Pai tenha alguém que amar. O mesmo se passa com o Espírito, que procede do Pai e do Filho; surge por necessidade da partilha do amor de duas pessoas por uma terceira. Aquilo que é estabelecido nos Credos não passa de uma ilustração conceptual da necessidade entre as Pessoas. Isto, pois de acordo com a nossa tese, os papéis das Pessoas são reversíveis entre si. O caso do amor-perfeito - visto que negamos a primazia do Pai - pode ser entendido como o Espírito que necessita do Filho para ter alguém a quem amar e juntos necessitam do Pai, para o amar juntamente. Deste modo, basta que olhemos para a corrente causal do credo, como uma forma de estabelecer as necessidades presentes entre as Pessoas sem a vincular com uma causação. Assim, se Deus existe, então as três Pessoas necessariamente existem, de forma a possibilitar o amor-perfeito. Numa leitura atualizada e adaptada, torna-se legítimo complementar aquilo que está subentendido. O Pai gera o Filho de forma a ter alguém para amar, juntos procedem o Espírito, para o amarem juntamente. E estes papéis, como vimos, são reversíveis, cumprindo um mero papel ilustrativo. Podemos ainda justificar o uso da geração e procedência para, como apelado por Swinburne (2018)⁷⁵, afastar a ideia de *creatio ex nihilo*⁷⁶, ou que surgem a partir de alguma matéria já existente. Esta formulação do Credo afasta também a possibilidade de uma interpretação triteísta em que as Pessoas surgem como três deuses distintos. Deste modo, a utilização de geração e procedência, apesar de ser ilustrativo na maneira que descreve a causalidade trinitária, possui, ainda assim, um elemento educativo ortodoxo que afasta a possibilidade de leituras erróneas. Nomeadamente, de *creatio ex nihilo*, de criação proveniente de alguma matéria existente, ou de um triteísmo.

Assim sendo, a necessidade do complexo trinitário não só é con-

75. Esta ideia também está expressa no tópico 3. Modelo de Swinburne, nomeadamente na citação referente à nota de rodapé 16 (Swinburne (2009: 40)).

76. Segundo Swinburne: «A frase “ex nihilo” causou muitos problemas para a Idade Média, quando a criação ex nihilo do universo era compreendida por alguns como se fosse criado a partir de algo pré-existente, “nada”.» Hasker, William (2013); “Swinburne; Created Divine Persons”; *Metaphysics and the Tri-Personal God*; *University Press Scholarship Online*; pág. 5.

sistente, como mantém-se fiel às Escrituras Sagradas e à ortodoxia cristã. Face a todos os problemas analisados até então, esta pequena alteração na significação dos Credos, não só é a mais razoável, como aquela que tem um menor custo para a ortodoxia e coesão da fé cristã. Afinal, a alternativa a esta reinterpretção, é voltar a cair no erro do triteísmo.

5 Conclusão

Face a todos os pontos até aqui estudados, podemos resumir a tese defendida nos seguintes pontos chave: o Modelo Social para a Trindade tem fundamento histórico em autores como Gregório de Nissa; o modelo de Swinburne, particularmente, possui ainda várias características que remontam a Tomás de Aquino, Santo Agostinho, Gregório de Nissa e Ricardo de São Victor. Deus é visto como um título, atribuído à unidade das Pessoas na forma de Trindade. Essa unidade é estabelecida pelo conjunto de fatores unificantes entre as Pessoas: amor-perfeito, a congruência das vontades e as suas vias de ação, bem como a necessidade lógica estabelecida entre as Pessoas. A individualidade de cada uma das Pessoas, por sua vez, é estabelecida através das preferências de cada uma delas, manifestadas nas respectivas esferas de influência, bem como a divergência unificadora das suas vontades. Vimos ainda que, para o Modelo Social de Swinburne funcionar, teriam de ser feitas alterações, tanto ao nível da necessidade e hierarquia das Pessoas, como na atribuição das esferas de influência. Creio, ainda, que as alterações feitas ao longo desta dissertação ao Modelo de Swinburne, não interferem com as bases centrais do seu Modelo, pelo que não é necessário rejeitá-lo, meramente “corrigi-lo”, como procurei demonstrar ao longo desta investigação. Deste modo, as esferas de influência de cada uma das Pessoas parte de um acordo subentendido entre Elas, onde cada uma age na área da sua preferência. Deus tem uma necessidade ontológica, ao passo que as Pessoas constituintes derivam de uma necessidade lógica do complexo trinitário. Deste modo, Deus é necessariamente trinitário, sendo que se Deus existe, então as três Pessoas da Trindade existem.

Ao longo desta investigação procurei atacar as objeções que considero mais fortes. Apesar disto, considero natural que tenha deixado algumas de parte, pelo que gostaria de as nomear. A maior objeção não tratada é analisada por Yandell (1994) em *The Most Brutal and Inexcusable Error in Counting?: Trinity and Consistency*. Na sua investigação, Yandell intitula esta objeção por: “argumento da individualidade e vincu-

lação”. Aquilo que este argumento procura demonstrar é que a necessidade lógica estabelecida entre as Pessoas da Trindade, torna-as indistinguíveis, quebrando a individualidade das Pessoas. Para responder a esta objeção - que vai no sentido oposto daquela formulada por Hasker - seria preciso um estudo minucioso sobre a identidade e necessidade. Estudo esse, que ultrapassa em longa medida o objetivo desta dissertação. De qualquer forma, Yandell faz esse trabalho na sua obra, refutando essa via de ataque. Fá-lo admitindo as Pessoas como partes essenciais da Trindade, partes essas que são necessárias e distintas entre si. Se algo pressupõe a existência de determinadas partes, as suas partes têm de ser distintas. Distinção essa que assegura a individualidade das Pessoas.

Uma outra possível objeção é a via cética, personalizada, por exemplo, por John Hick⁷⁷. Segundo o autor, a vasta quantidade de religiões aponta para a “falsidade” de todas elas. Falsidade essa não no sentido de ser incorretas, somente de não serem verdadeiras. Aquilo que as religiões nos dão, são possibilidades de resposta para o *Real*. Não devem ser lidas, nem entendidas, sob um olhar histórico e dogmático, mas sob um olhar metafórico, um olhar curioso em busca de verdades acerca da *Realidade* que vai além da material. Independentemente da validade de tais argumentos céticos, o nosso exercício investigativo não é infrutífero. Podemos partir meramente de um ponto de vista hipotético: imaginemos que o cristianismo, sob este conjunto ortodoxo de crenças, é verdadeiro. Seria esta leitura da Trindade plausível ou consistente? Acredito, portanto, que quer seja ou não verdadeira a ortodoxia cristã, se analisarmos a Trindade no modo apresentado, a leitura que fazemos leva-nos à seguinte conclusão: Sim, é plausível.

Por fim, respondendo à grande questão deste projeto: sim, o Modelo de Swinburne é consistente. Isto, caso tenhamos em conta as devidas alterações expostas ao longo desta Dissertação. Novamente, alterações essas, feitas ao nível da necessidade, da hierarquia divina e das esferas de influência.

77. Consultar: Hick (1988).

Bibliografia

Bibliografia Principal:

- Swinburne, Richard (1994); *The Christian God*; Oxford University Press.
- Swinburne, Richard (2008); *Was Jesus God?*; Oxford University Press.
- Swinburne, Richard (2009); "The Trinity"; *Philosophical and Theological Essays on the Trinity*; Oxford University Press.
- Swinburne, Richard (2018); "The social theory of the Trinity"; *Religious Studies*; Volume 54; Issue 3.

Bibliografia secundária:

- Anselm (1996); *Monologion and Proslogion with the replies of Gaunilo and Anselm*; Hackett Publishing Company, Inc.; Indianapolis/Cambridge.
- Aquino, Tomás de (1963-1980); *Summa Theologiae*; Blackfairs Editions (London: Eyre and Spottiswood).
- Augustine, St (1873); *On The Trinity*; M. Dods (tr.) (Edinburgh: T&T Clark); 15.7.
- Clark, Kelly James (1996); *Trinity or Tritheism?*; *Religious Studies*; 32, pp 463-476 doi:10.1017/S0034412500001645.
- Craig, William Lane (2005); "Does the Problem of Material Constitution Illuminate the Doctrine of the Trinity?" *Faith and Philosophy*; 22: 77 – 86.
- Feser, E. (1997); "Swinburne's Tri-theism"; *International Journal for Philosophy of Religion*; 42(3), pp.175-184.
- Gregory of Nyssa (1886-1900); "On 'Not Three Gods,' to Ablabius," *Nicene and Post-Nicene Fathers*; 2nd ser. 5/331–36.
- Hasker, William (2013); *Metaphysics and the Tri-Personal God*; University Press Scholarship Online.
- Hasker, W. (2019); "The One Divine Nature"; *TheoLogica: An International Journal for Philosophy of Religion and Philosophical Theology*, 3(2), 57-76.
- Hick, John (1988); *God and the universe of Faiths*; Palgrave Macmillan UK.
- Inwagen, Peter Van (2003); *Three Persons in One Being: On Attempts to show that the Doctrine of the Trinity is Self-contradictory*; University of Notre Dame.
- Inwagen, Peter Van (2011); "Comments on 'The God of Abraham, Isaac, and Jacob'"; *Divine Evil?: The Moral Character of the God of Abraham*; Oxford Scholarship Online.
- Leftow, B. (1999); *Anti Social trinitarianism*, *The trinity. Oxford: Oxford University Press* (pp. 203–249).
- Leftow, Brian (2004); "A Latin Trinity," *Faith and Philosophy* 21: 304 – 333.
- Morris, T.V. (1986); "Perfection and power"; *Int J Philos Relig* 20, 165–168.
- Plantinga Jr., Cornelius (1989); "Social trinity and tritheism" In

Ronald J. Feenstra (ed.); *Trinity, Incarnation, and Atonement*. Univ Notre Dame Pr.

-Rea, Michael (2002); *Philosophy and Christian Theology*; URL = <<https://plato.stanford.edu/entries/christiantheology-philosophy/#Tri>>; (visto 28/02/2021).

-Rea, Michael (2009); *The Trinity*; Oxford University Press.

-Richard of St. Victor (1979); *The Twelve Patriarchs; The Mystical Ark; Book Three of The Trinity*; “The Classics of Western Spirituality”; New York, NY: Paulist Press.

-Sijuwade, Joshua Reginald (2020); *The Functional Monotheism Model and the Tri-Theism Objection*; University of York; (pág. 1 – 17).

-Yandell, Keith E. (1994); “The Most Brutal and Inexcusable Error in Counting?: Trinity and Consistency.” *Religious Studies*, vol. 30, no. 2, pp. 201–217. *JSTOR*, www.jstor.org/stable/20019680. Accessed 2 Mar. 2021.